

CAPÍTULO XXII

Autoritarismo ou Liberalismo da Burguesia

Durante muito tempo discutiu-se se a burguesia era nacional ou colonial, progressista ou conservadora. Hoje discute-se se a burguesia é intrinsecamente autoritária, como os últimos 14 anos de autoritarismo sugerem, ou então se é liberal, como a atual inclinação da burguesia em direção à democracia deixa entrever. Na verdade, estas alternativas são antes de mais nada equivocadas. O importante é compreender que estamos diante de uma verdadeira burguesia capitalista e não mais de uma mera burguesia mercantil. Aceito o fato de que no Brasil o capital produtivo, industrial e financeiro, alcançou caráter dominante, as decorrências políticas são imediatas. Para a burguesia o que interessa é acumular capital, é realizar mais-valia no mercado, através do emprego de trabalho assalariado e da incorporação de progresso técnico. Nesse processo ela não é necessariamente nem nacional nem progressista. Na medida em que ela vê facilitado seu processo de acumulação de capital associando-se sob diversas formas com as empresas multinacionais manufactureiras, ela é apenas uma burguesia local. Na medida em que reduzir salários aumenta sua taxa de mais-valia em termos absolutos, socialmente ela é conservadora.

Em certos momentos, entretanto, poderá ser nacionalista; especialmente quando se tratar de impedir a importação de bens similares; e quando, em seu relacionamento com a classe

trabalhadora, pretender obter seu apoio político ou então perceber que o processo de concentração de renda e a taxa de acumulação já chegaram a um nível tal que o crescimento do mercado para seus produtos está ameaçado, nesse momento estará disposta a aceitar uma certa elevação da taxa de salários. Como tendência, entretanto, a burguesia não é nem nacionalista nem progressista, já que esses dois posicionamentos ideológicos não tendem a facilitar seu processo de acumulação de capital e contribuem para o exercício de seu poder político de forma apenas marginal.

Já em relação ao problema do autoritarismo confrontado com o do liberalismo político, parto da hipótese de que a burguesia em princípio não necessita de um Estado politicamente forte, autoritário, para acumular capital. É certo que necessita de um Estado economicamente forte.

Na medida em que amplos setores da economia já estão oligopolizados, sem dúvida a burguesia necessita de um Estado capaz de intervir no sistema econômico, de um Estado regulador, que administre a demanda agregada, que controle o nível de preços, que mantenha o equilíbrio da taxa de câmbio, que realize despesas e investimentos nos setores menos rentáveis de economia, que garanta a realização de poupança e o financiamento a longo prazo dos investimentos capitalistas, que garanta, em suma, a estabilidade da taxa de lucro e o aumento do volume de acumulação.

Já um Estado autoritário não é necessário para a acumulação do capital produtivo ou industrial. A única violência essencial para a realização da mais-valia no mercado capitalista é a de se considerar a força de trabalho como uma mercadoria. Ora, para isso não é necessário um Estado autoritário, basta um Estado capitalista democrático dotado de aparelhos ideológicos e repressivos adequados. A partir do momento em que a força de trabalho foi reduzida à condição de mercadoria e que é possível pagar-lhe o seu respectivo valor — o custo da reprodução da mão-de-obra — em termos de salário, nesse momento a burguesia tem plenas condições de realizar lucros e acumular capital independentemente de um regime autoritário. Em certos momentos, como a partir de 1964, um Estado autoritário certamente auxiliará a burguesia a promover a redução absoluta dos salários e aumentar a taxa de lucro.

Mas vale lembrar que este foi um subproduto da Revolução de 1964, cuja motivação real foi a de evitar a ameaça de subversão do regime sentida pela burguesia. A redução dos salários reais já vinha ocorrendo no Brasil desde fins dos anos cinquenta, nas quadras de um regime democrático. Se o capitalismo competitivo ou o capitalismo monopolista necessitassem de um regime autoritário para acumular capital, as democracias dos países capitalistas centrais seriam inexplicáveis. É certo que são democracias limitadas, na medida em que são democracias burguesas, em que a igualdade política é limitada pela desigualdade econômica, mas não podem ser confundidas com os regimes autoritários, do tipo ainda hoje existente no Brasil.

Por outro lado, em relação aos salários é preciso lembrar que a manutenção da taxa de lucros, essencial para a classe capitalista, é perfeitamente compatível com a elevação dos salários reais ao mesmo ritmo do crescimento da produtividade. É fácil demonstrar que, suposto um desenvolvimento tecnológico neutro, ou seja, que não implique alteração na produtividade do capital, não o barateando nem o encarecendo, a taxa média de salários poderá crescer ao mesmo ritmo do aumento da produtividade do trabalho sem que se modifique a distribuição de renda entre capitalistas e trabalhadores, nem se reduza a taxa de lucro.

Não há nenhuma razão para se admitir que o caráter dependente e subdesenvolvido do capitalismo brasileiro o torne incompatível com o sistema democrático. O aval que o Governo de Carter vem dando à campanha pela redemocratização é significativo a esse respeito. Revela pelo menos o desinteresse da potência hegemônica do sistema capitalista na manutenção de um regime autoritário no Brasil. Aquela incompatibilidade existia quando o capital mercantil era ainda dominante, quando um sistema de acumulação primitiva, baseado na violência e na especulação, estava na base da oligarquia agrário-mercantil. Hoje essa incompatibilidade ainda pode existir nos restos de capitalismo mercantil existentes no Brasil, particularmente na área rural das zonas mais atrasadas, como o Nordeste, e na zona de fronteira. De um representante desse tipo de formação social mercantil ouvi uma afirmação significativa a respeito: "Em São Paulo é possível haver democracia, mas em Goiás é com o chicote que é preciso tratar os trabalha-

dores." Na verdade, não é apenas em São Paulo, mas em amplos setores da economia brasileira que o capitalismo já se tornou dominante. São Paulo é apenas um símbolo do capitalismo dominante da mesma forma que Goiás é o símbolo da fronteira.

Existe uma argumentação de certos setores radicais segundo a qual para o Brasil só existem duas alternativas: socialismo ou fascismo. Em outras palavras o que se pretende afirmar é que o capitalismo no Brasil será sempre e necessariamente autoritário senão totalitário. A razão seria o imperialismo. A necessidade de transferir excedente para o exterior e ainda reservar uma parcela do mesmo no país para a burguesia local exigiria a superexploração dos trabalhadores, a qual só poderia ser realizada pela força, através de um sistema político autoritário. Utilizando-se, portanto, de um raciocínio linear, que parte de um fato real, a dependência, constrói-se uma teoria política radical, que reduz a dominação burguesa ao fascismo. Ora, este tipo de análise é equivocado na medida em que parte de uma avaliação errônea da forma através da qual operam as empresas multinacionais. Ao contrário do que ocorria no imperialismo via comércio internacional do modelo primário-exportador, as empresas multinacionais manufatureiras transferem excedente para o exterior a partir da obtenção de lucros não-especulativos. Esses lucros derivam da acumulação de capital produto e da incorporação sistemática de progresso técnico que permitem a apropriação da mais-valia da mesma maneira que qualquer empresa capitalista local. Nestes termos, o fato de essas empresas multinacionais transferirem uma parte dos seus lucros para o exterior não implica em necessidade de superexploração dos trabalhadores, já que ao mesmo tempo a produtividade está aumentando. A única consequência diretamente econômica reside no fato de que, devido às remessas, e ignoradas as demais variáveis, inclusive as novas entradas de capitais, a acumulação real é menor do que a potencial. Mas isto teria como efeito reduzir a taxa de crescimento, nada tendo a ver com a necessidade de superexploração e de autoritarismo.

A democracia é portanto perfeitamente compatível com o processo de acumulação do capital produtivo, industrial ou financeiro, comercial ou agrícola. Ela é incompatível com a

acumulação do capital mercantil ou especulativo, que se realiza autoritariamente através do processo de acumulação primitiva. Por outro lado, o autoritarismo é contraditório com a dominação política burguesa, na medida em que, ao recorrer a ele, a burguesia é obrigada a dividir seu poder com uma tecnoburocracia estatal como vem acontecendo no Brasil.

Não obstante, é comum ouvirmos a pergunta econômica: que vantagens econômicas adicionais precisa o Governo tecnoburocrático militar oferecer à burguesia para recuperar seu apoio? Ora, o Governo não tem mais nada a oferecer nesse campo. Já ofereceu tudo. Já fez todas as concessões possíveis. É certo que no momento não está tentando reduzir os salários, mas esta política hoje não é nem politicamente viável para o Governo, nem a burguesia revela interesse por ela. Em outras palavras, é economicismo imaginar que o Governo possa “comprar” a burguesia. No momento, a única coisa que a cúpula tecnoburocrática estatal tem a oferecer à burguesia é o próprio poder político, ou seja, a democracia.

Em seu projeto de dominação política a burguesia brasileira não necessita, portanto, de um estado autoritário. Nada a impedirá de voltar a recorrer a ele no momento em que se sentir novamente ameaçada, mas, como tendência geral, seu processo de acumulação de capital é perfeitamente compatível com um Estado democrático. Por outro lado, só através da restauração da democracia conseguirá a burguesia a hegemonia política que deseja. Só dessa forma conseguirá liberalizar-se da tutela política a que está submetida por seus aliados da tecnoburocracia estatal civil e militar.

Mas não correrá a burguesia o risco de em vez de aumentar seu poder vê-lo diminuído com o rompimento do pacto tecnoburocrático-capitalista? Esta é uma hipótese pouco provável. O rompimento da aliança entre a burguesia e a tecnoburocracia não significará que esta seja totalmente alijada do poder. Significará apenas que para ela será restabelecido o papel de sócio menor, de sócio subordinado no sistema de poder vigente. Por outro lado, a burguesia deverá propor um novo pacto populista aos trabalhadores. Para isso poderá inclusive tentar voltar a teses nacionalistas moderadas. E certamente estará disposta a fazer algumas concessões salariais. Há indicações crescentes dessa vontade de diálogo da burguesia

com os trabalhadores. Declarações de alguns de seus líderes mais significativos deixam clara essa intenção. A identidade de interesses entre os empresários e os trabalhadores será uma tese certamente a ser retomada pela burguesia.

Outro problema é saber se os trabalhadores estarão dispostos a aceitar semelhante proposta. A esquerda certamente não a aceitará. Preferirá uma política ideológica a uma política populista. E é de se esperar que as lideranças mais avançadas do sindicalismo, hoje em pleno processo de renascimento, sigam a mesma tendência. Mas na medida em que a proposta populista não seja aceitável, a burguesia também está disposta a participar de uma política ideológica, definida a partir da formação de partidos de esquerda, centro-direita e direita. Está disposta a isto porque percebe que nesse caso também seus riscos são pequenos. As experiências dos países europeus, inclusive a experiência recente de Portugal, são esclarecedoras. Mesmo a social-democracia não é de se temer. A burguesia domina os principais aparelhos ideológicos da sociedade. Domina a universidade, a imprensa, os meios de comunicação de massa, a cúpula dos partidos políticos. Quando não os domina integralmente, domina-os em associação com a tecnoburocracia, jamais com os trabalhadores. Nesses termos, a burguesia detém a hegemonia ideológica da sociedade brasileira. E esta hegemonia ideológica, ainda que jamais exercida com coerência e determinação, é uma garantia da dominação burguesa a partir da redemocratização.

(Folha de S. Paulo, 2 de agosto de 1978.)